diálogos
DANT
4ª Edição - 2021

ADVOCACY E DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)

Esta é uma publicação do Núcleo de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (NDANT) da Divisão de Vigilância Epidemiológica – DVE / COVISA/SMS

Editorial

O *advocacy* pode ser definido como defesa de uma causa. Tem por objetivo criar possibilidades para a conscientização e mobilização da população e formadores de opinião, qualificar agentes transformadores, cobrar e fomentar a atuação do poder público, no sentido de influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. E quando falamos em necessidades de saúde, é fundamental considerar o perfil epidemiológico; as principais causas de morbidade e mortalidade; a influência dos determinantes sociais macro, como acesso a bens e serviços e a exposição a fatores de risco. Tudo isso compõe a complexidade de lidar com as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), responsáveis por mais de 70% das mortes no município de São Paulo, no Brasil e no mundo.

Estamos vivenciando um cenário preocupante de aumento da obesidade em todas as faixas etárias, alto consumo de alimentos ultraprocessados e baixo consumo de frutas e vegetais, comportamento sedentário em detrimento do lazer ativo, aumento do consumo de álcool e, apesar da redução crescente do tabagismo, a indústria tem inovado com novos produtos e tem atraído o público mais jovem. Todos esses fatores contribuem para o aumento das DCNT, sendo fundamental o engajamento de todos para mudar este panorama: governos, instituições de ensino e pesquisa, terceiro setor e sociedade civil.

O ano de 2021 é marcado pelo início de uma nova gestão municipal, que implica na elaboração de um novo Programa de Metas Municipal e Plano Municipal de Saúde. Este ano também estão previstas as pré - conferências e a 21ª Conferência Municipal de Saúde. Todos estes instrumentos de gestão e espaços de participação social são campos férteis para o *advocacy*, pois é por meio deles que serão pactuadas as ações a serem implantadas e implementadas na cidade, bem como o encaminhamento de propostas para novas políticas públicas.

Com a 4ª edição do Diálogos DANT, pretendemos compartilhar com você leitor experiências que apontam para a importância da ocupação dos espaços democráticos de participação e de pactuação de propostas, projetos e ações de saúde, além de instrumentalizá-lo para as possibilidades do *advocacy* no enfrentamento das DCNT, assim como para pautas voltadas à garantia dos direitos humanos.

Boa leitura!
Equipe DANT

SUS
covisa COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
CIDADE DE SÃO PAULO SAÚDE

a voz da EXPERIÊNCIA

Paula Johns

Paula Johns, socióloga e Mestre em Inglês e Estudos do Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Roskilde, Dinamarca. Co-fundadora e diretora da ACT Promoção da Saúde. Também é empreendedora social Ashoka, membro do Conselho Diretor da NDC (Non Communicable Disease) Alliance e do GAPA – Global Alcohol Policy Alliance, além de integrar o Núcleo Gestor Nacional da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável.

Para falar sobre *advocacy*, a equipe editorial do "Diálogos DANT" entrevistou Paula Johns, Co-fundadora e diretora da ACT Promoção da Saúde.

Diálogos DANT: Conte um pouco sobre a criação da ACT Promoção da Saúde.

Paula: A ACT Promoção da Saúde, antiga Aliança de Controle do Tabagismo, tem sua origem em 2001, inspirada no papel determinante da sociedade civil em torno das negociações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado global negociado sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde entre 2001 e 2003.

Institucionalizada em 2006, a missão da ACT era promover a implementação das políticas previstas no tratado no Brasil. A partir de 2011 quando ocorreu a reunião de alto-nível da Organização das Nações Unidas para o enfrentamento das Doenças e Agravos Não Transmissíveis - DCNT começamos a desenhar a ampliação de escopo da atuação para atuar em relação aos outros fatores de risco das DCNT, o que aconteceu de fato a partir de 2013.

Diálogos DANT: Quais são as frentes de atuação da ACT Promoção da Saúde?

Paula: Trabalhamos na promoção da saúde e prevenção dos fatores de risco para as DCNT com foco principal no controle do tabagismo e promoção da alimentação saudável, assim como no controle do álcool e promoção da atividade física.

Atuamos em rede e fazemos *advocacy* por políticas públicas de promoção da saúde com base nas melhores evidências disponíveis.

Diálogos DANT: Em relação às ações de *advocacy*, o que tem sido feito? Quais os desdobramentos e principais conquistas alcançadas?

Paula: Promoção de leis e outras medidas regulatórias que façam com que os ambientes sejam mais saudáveis e as escolhas saudáveis sejam as mais fáceis. Como, por exemplo, as leis antifumo, o acesso a alimentação saudável no ambiente escolar e outros ambientes institucionais, a restrição de publicidade de produtos nocivos à saúde, principalmente para o público infantil, assim como advertências e informação clara nas embalagens e rótulos de produtos nocivos. Defendemos também que todos os produtos que fazem mal a saúde tenham uma tributação mais elevada e não recebam subsídios ou incentivos governamentais e que o custo das externalidades causadas faça parte do preço final. Dentre as principais conquistas vale destacar a contribuição importante para adoção de um conjunto de políticas públicas que resultaram numa redução expressiva do tabagismo na população brasileira.

Diálogos DANT: Qual a diferença entre *advocacy* e *lobby*?

Paula: *Advocacy* é um conjunto de estratégias de mobilização, comunicação e incidência para convencer os decisores chave a adotarem políticas públicas baseadas em evidências em prol do interesse público. *Lobby* tem uma conotação de defesa de interesses comerciais ou privados de setores e/ou grupos específicos.

Diálogos DANT: Quais as estratégias de *advocacy* que podem ser utilizadas?

Paula: Pesquisa, compilação e disseminação de experiências bem sucedidas em outros lugares, relacionamento com a mídia e outros canais de comunicação, campanhas de mobilização e informação para população, formação de parcerias e redes, incidência política direta junto aos decisores chave e formadores de opinião.

Diálogos DANT: Quem pode fazer *advocacy*?

Paula: Qualquer pessoa pode fazer *advocacy* através do engajamento e participação cívica em causas em prol do bem comum e de uma sociedade mais solidária, sustentável e saudável sem deixar ninguém para trás. Cada um de nós, sejamos profissionais de saúde, gestores, trabalhadores em geral, podemos contribuir com ações de *advocacy* dentro da nossa área de atuação. Gestores públicos, assim como as áreas técnicas do governo,

tem um papel chave na disseminação de informações para os públicos com os quais se relacionam e de articulação interna e intersetorial em defesa das políticas públicas.

Diálogos DANT: Como os profissionais que atuam diretamente com a população podem fazer *advocacy* na rotina das unidades de saúde?

Paula: Através da disseminação de informações, não só relativas ao comportamento ou escolhas individuais, mas sobre como a população pode se mobilizar para monitorar e apoiar as políticas e leis por ambientes mais saudáveis para todos. Podem promover campanhas, fazer parcerias com organizações da sociedade civil, incentivar a participação de usuários em conselhos. Os técnicos da coordenação de tabagismo de estados e municípios no Brasil foram atores muito importantes nas articulações necessárias para aprovação e implementação das leis antifumo.

Diálogos DANT: Alguma outra questão importante que gostaria de acrescentar?

Paula: O mapeamento de atores e das relações de poder em torno de medidas regulatórias que possam vir a afetar os interesses econômicos de alguns setores deve ser considerado no desenho das políticas. E o interesse público deve ser resguardado de eventuais conflitos de interesse com interesses privados. Importante que os gestores e técnicos estejam instrumentalizados com ferramentas para identificar e manejar situações em que possa ocorrer a percepção de que existe uma relação de conflito de interesses.

teoria na **PRÁTICA**

No ano de 2013, com a aprovação da Lei nº 15.920/2013, o município de São Paulo aderiu ao SISAN - Sistema Nacional de Alimentação e Nutrição, e progressivamente vem instituindo seus componentes municipais. Apesar do peso significativo da lei, que refletiu numa nova política de estado e estabeleceu a obrigatoriedade de garantia de ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município, engana-se quem pensa que apenas isso garantiu ações de implementação, foram necessárias diversas ações de advocacy prévias para se conquistar a lei, e para que o que foi aprovado em lei não ficasse somente no papel.

O Diálogos DANT conversou com o Leandro Cuerbas, ex-funcionário da COSAN - Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho e ex-secretário executivo do COMUSAN - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e com a Vera Helena Lessa Villela, ex - Presidente e atual conselheira do COMUSAN, que nos contaram sobre o processo de implementação do SISAN no município de São Paulo.

De acordo com Leandro, tudo começou com "uma sintonia" entre os anseios do conselho e a vontade da gestão pública em

Lançamento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, Vila Maria, 2016.

realizar as ações propostas e/ ou pensadas coletivamente, visto que haviam propostas sendo pleiteadas pelo conselho (que vinha atuando

Pré-Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional da Macrorregião Sul 3: Jabaquara, Ipiranga, Vila Mariana, Vila Prudente, no CEU Caminho do Mar, 2019.

desde sua criação em 2001, a partir da 1ª Conferência Municipal de SAN) e vontade política por parte da gestão. Assim sendo, ele refere que a aprovação da lei já foi uma decorrência desta "sintonia", e do trabalho árduo de representantes do COMUSAN e COSAN junto à câmara de vereadores.

Em 2015, ocorreu nova regulamentação do COMUSAN e nova eleição, pela primeira vez o conselho teve um representante da sociedade civil na presidência. Houve a criação da CAISAN Municipal - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e aconteceu a 6ª Conferência de SAN. Para realização da conferência, novamente foram necessários esforços conjuntos, desta vez para sensibilização de subprefeituras para que houvesse pré-conferências em toda a cidade, foram feitas ações de divulgação e mobilização da população, bem como cessão de espaço. A conferência teve ampla participação e resultou em diretrizes para elaboração do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar em Nutricional – PLAMSAN 2016-2020.

O processo de elaboração do PLAMSAN 2016-2020 também exigiu *advocacy* para garantir a participação de outras secretarias, para tanto, os representantes do COMUSAN e COSAN se apoiaram no Plano de Metas e Plano Municipal de Saúde vigentes para que os gestores dos outros setores enxergassem suas responsabilidades para com as ações de SAN. Por fim, o plano foi submetido à consulta pública, e contou com contribuições da sociedade e academia. Leandro fez questão de reforçar que o processo de construção do 1º PLAMSAN iniciou e terminou com escuta da população, por meio da conferência e consulta pública.

Em 2019, ocorreu a 7ª Conferência Municipal de SAN, e Vera destacou que foi oportunidade de analisar as políticas e ações implementadas a partir da Lei nº 15.920/2013 e do PLAMSAN 2016 - 2020, na qual foram constatados avanços importantes, como: a implementação da lei de inserção de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na Alimentação Escolar, com a constituição de uma Comissão Gestora desse processo, coordenada pela sociedade civil; a ampliação de aproximadamente 40% no número de hortas escolares; o início da implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; a implementação do Projeto Ligue os Pontos, em reconhecimento à inovação que representou o PLAMSAN em políticas públicas nas cidades da América Latina e Caribe (Prêmio Mayors Challenge 2016, Fundação Bloomberg). Mas ressalta que ainda é necessário avançar muito para que a SAN seja efetivada em nossa cidade, e que neste momento estão trabalhando no 2º PLAMSAN, ou seja, o *advocacy* não pode parar!

Caminho das PEDRAS

ESPAÇOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Conselho Municipal de Saúde (CMS):

-Como participar
-Estrutura
-Composição – biênio 2020/21
-Datas das Conferências (em breve neste site)

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cms/

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN/SP:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/index.php?p=207805

Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/participacao_social/index.php?p=270513

DOCUMENTOS PARA CONSULTA

Guia para Construção de Estratégias de *Advocacy*: como influenciar políticas públicas:

https://sinapse.gife.org.br/download/guia-para-a-construcao-de-estrategias-de-advocacy-como-influenciar-politicas-publicas

Kit de ferramentas de *Advocacy*:

http://tearfundbrasil.org/wp-content/uploads/Advocacy_Root-s1_P_2015_web.pdf

quer saber MAIS?

SITES

ACT Promoção da Saúde:
https://actbr.org.br/

Alimentando Políticas:
https://alimentandopoliticas.org.br/

Campanha antitabaco:
http://vapevicia.org.br/

Rede de defesa e promoção da alimentação saudável, adequada e solidaria – Rede SANS:
http://redesans.com.br/

Conferências municipais de saúde:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/conselho_municipal/

Campanhas alimentação saudável:
https://alimentacaosaudavel.org.br/categoria/campanhas/

Conferências Nacionais de Saúde (Linha do Tempo):
https://portal.fiocruz.br/linha-do-tempo-conferencias-nacionais-de-saude

DOCUMENTOS

Lei nº 15.920, de 18 de Dezembro de 2013:
http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15920-de-19-de-dezembro-de-2013/consolidado

CONVENÇÃO- QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO:
https://cutt.ly/klxUR9n

1º PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM NUTRICIONAL PLAMSAN 2016-2020:
https://cutt.ly/jlxUNzk

CARTILHA CONSELHO GESTOR:
https://cutt.ly/dlxUJJM

dialogue com a DANT

Você tem alguma sugestão de tema para as próximas edições? Dialogue com a gente!
smsvigdant@prefeitura.sp.gov.br

Para conhecer mais o trabalho do NDANT:
https://goo.gl/E3VkVk

Edições anteriores do "Diálogos DANT"

1º Edição - 2019: Ruas de Lazer

2º Edição - 2019: CEI Amigo do peito

3º Edição - 2020: VIGITEL

EXPEDIENTE

Bruno Covas
Prefeito

Edson Aparecido dos Santos
Secretário Municipal da Saúde (SMS)

Luiz Artur Vieira Caldeira
Coordenador de Vigilância em Saúde (COVISA)

Selma Anequini Costa
Diretora da Divisão de Vigilância Epidemiológica (DVE)

Maria Lucia Aparecida Scalco
Coordenadora do Núcleo de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (NDANT)

Equipe Editorial
Debora Sipukow Sciama
Natália Gaspareto
Renata Scanferla Siqueira Borges

Equipe técnica (NDANT/COVISA)
Debora Sipukow Sciama
Edriana Regina Consorte
Maria Lúcia Aparecida Scalco
Natália Gaspareto
Renata Scanferla Siqueira Borges

Colaboradores

ACT Promoção da Saúde
Paula Johns
Victoria Rabetim

Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - COSAN
Leandro Cuerbas

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN
Vera Helena Lessa Villela

Conselho Municipal de Saúde (CMS/SMS)
Julio Cesar Caruzzo

Assessoria Parlamentar e Gestão Participativa
Miriam Carvalho de Moraes Lavado

Escola Municipal de Saúde (EMS)
Maria do Carmo Sales Monteiro

Assessoria de Comunicação (ASCOM/SMS)
Jonathan da Silva Aparecido Muniz
Danielle Meniche Cruz
Marcos Vinicius Lopes Cotrim Negreiros